

Entrevista  
“No plano ambiental o Brasil é um major  
player na cena global”  
com José Augusto Pádua

*Brazil is a major player in the global scene  
of environmental issues. An interview  
with José Augusto Pádua.*

Por: José Augusto Drummond e Gabriela Litre

doi:10.18472/SustDeb.v6n2.2015.16009

ENTREVISTA

**Sustentabilidade em Debate** apresenta neste número entrevista exclusiva concedida por José Augusto Pádua, um dos primeiros historiadores ambientais brasileiros. Além de levar em conta a sua reconhecida importância para a formação de uma massa crítica de pesquisadores acadêmicos brasileiros dedicados a questões socioambientais, os editores de **SeD** consideraram oportuno entrevistá-lo por ocasião da recente conclusão do seu mandato como Presidente da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ambiente e Sociedade (ANPPAS). O entrevistado discorre com desenvoltura sobre a ANPPAS, o estado dos estudos socioambientais no Brasil e na América Latina, e a importância do Brasil para esses estudos e para a questão emergente da “nova era geológica” do Antropoceno.

José Augusto Pádua é graduado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1983) e mestre e doutor em Ciência Política pelo IUPERJ (1985 e 1997). Em 2007, realizou pós-doutorado na Oxford University. Atualmente é Professor Associado do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde é um dos coordenadores do Laboratório de História e Ecologia. Entre outubro de 2010 e maio de 2015 presidiu a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade (ANPPAS). É *fellow* do *Rachel Carson Center for Environment and Society* (Ludwig-Maximilians-Universität, Munique, Alemanha) e membro do Conselho Diretor do *International Consortium of Environmental History Organizations*. Faz parte do Comitê Editorial da revista *Ambiente e Sociedade* e dos conselhos editoriais de outros importantes periódicos, como *Environment and History* (Cambridge), *Ecologia Política* (Barcelona) e *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* (Rio de Janeiro). Como especialista em história e política ambiental, ministrou cursos, proferiu conferências e participou de trabalhos de campo em mais de 40 países. Além de numerosos artigos e capítulos de livros, escreveu e organizou livros publicados no país e no exterior. Entre os mais relevantes, vale mencionar *Environmental history – as if nature existed*; *Desenvolvimento, justiça e meio ambiente*; *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*; e *Justiça ambiental e cidadania*.

**Em maio de 2015 o Sr. deixou a presidência da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ambiente e Sociedade (ANPPAS), a principal organização acadêmica dos cientistas brasileiros que estudam as interfaces da sociedade humana com o meio ambiente natural. Você ocupou esse cargo desde outubro de 2010. Como foram os seus quatro anos e meio anos de gestão? Como o Sr. vê as perspectivas da organização?**

A riqueza maior da ANPPAS está no seu conteúdo. Desde a sua fundação, em 2000, a comunidade de pesquisadores voltados para as múltiplas interações entre sociedades e ambientes avançou muito, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos. A ANPPAS tem procurado criar canais e espaços de encontro para estimular e difundir este rico debate científico e intelectual. No período da minha gestão, que se encerrou há poucos meses, conseguimos realizar dois encontros nacionais muito proveitosos, o primeiro em Belém (2012) e o segundo em Brasília (2015), e promover importantes melhorias na nossa revista *Ambiente & Sociedade*.

Houve também um esforço no sentido de aprimorar a performance organizacional da nossa associação. Esta é uma informação importante para todos os que participam de associações científicas. A legislação é cada vez mais exigente e é preciso estar atento para cumprir todos os detalhes formais e legais exigidos, muitas vezes burocráticos, evitando acumular pendências. Creio que esse esforço de aprimoramento e regularização da ANPPAS avançou bastante e será ainda mais efetivo no período da próxima diretoria.

**O sétimo Encontro Nacional da ANPPAS, realizado em maio de 2015, em Brasília, reuniu mais de 500 pessoas e recebeu cerca de 400 papers completos e posters. Qual a sua avaliação desse encontro?**

A qualidade média dos debates, ao meu ver, foi excelente, refletindo a consistência e sofisticação do trabalho que está sendo feito nos programas, centros e grupos de pesquisa filiados. Uma riqueza preciosa que vemos nos encontros da ANPPAS é o diálogo interdisciplinar. Não é comum encontrar, em um mesmo espaço de discussão, sociólogos, economistas, historiadores, biólogos, geógrafos, agrônomos etc. Este diálogo, na verdade, constitui uma vocação global dos estudos socioambientais. Quando se incorpora no mesmo esforço de análise os fatores biofísicos e socioculturais, como costuma acontecer em nossas pesquisas, as fronteiras disciplinares deixam de ser rígidas. No entanto, é preciso cuidado para cultivar a abertura e a criatividade sem perder o rigor. Vejo nos encontros da ANPPAS que a nossa comunidade está lidando bem com esse desafio teórico.

**Existe uma previsão de que a ANPPAS, que atualmente filia cerca de 40 programas de pós-graduação e grupos de pesquisa, pode em breve chegar à cifra de 100 programas filiados. Na sua opinião, essas cifras atestam a consolidação da questão socioambiental como objeto de estudo no mundo acadêmico e científico brasileiro?**

O avanço me parece evidente e não me surpreende. Um país como o Brasil, com o tamanho e relevância ecológica do seu território, além da complexidade de sua formação histórica e de sua inserção internacional, está de certa forma “condenado” a discutir com centralidade e profundidade os temas socioambientais. No plano ambiental, que é cada vez mais reconhecido como transversal, perpassando os diferentes aspectos da vida contemporânea, incluindo economia e política, o Brasil é um “major player” na cena global. O próprio território já o coloca nessa condição. As opções políticas da sociedade brasileira em relação ao uso dos ativos ecológicos do seu território, como no caso da Floresta Amazônica, afetam o futuro da humanidade. No contexto

do que acabou de ser dito, penso que o campo dos estudos socioambientais ainda vai crescer muito entre nós e a ANPPAS precisa se preparar para acompanhar esse crescimento.

### **Há suficiente intercâmbio entre os pesquisadores socioambientais brasileiros e os de outros países?**

O conceito de “suficiente” muda ao longo do tempo. Penso que houve um bom crescimento no intercâmbio internacional, mas ele ainda está longe do que deveria ser. A condição de “major player” que mencionei na resposta anterior gera um interesse amplo nas academias de outros países em relação ao Brasil e à produção dos pesquisadores brasileiros. É natural que também tenhamos muito o que aprender com os colegas de fora. Os temas ambientais têm uma forte dimensão de universalidade, apesar de precisarem ser analisados também nas suas especificidades locais. O interesse externo que mencionei vai além da nossa tradicional relação com Europa e Estados Unidos. Veja, por exemplo, a fecunda colaboração estabelecida pelo NEPAM/UNICAMP com pesquisadores chineses. Precisamos, de forma geral, adotar uma postura mais aberta e ativa. A revista *Ambiente & Sociedade*, por exemplo, está publicando todos os artigos em português e inglês. É uma maneira de alavancar a visibilidade internacional da nossa produção.

### **De modo geral, como o Sr. avalia o estado da arte dos estudos socioambientais desenvolvidos no Brasil, em comparação com os estudos feitos em outros países latino-americanos, por exemplo?**

É difícil fazer uma comparação genérica, pois nos diferentes países existe uma heterogeneidade considerável de temas e linhas de pesquisa. Assim como no caso do Brasil, os outros países da América Latina também vêm avançando nos estudos socioambientais, com diferentes níveis de excelência no que se refere aos pesquisadores e centros de pesquisa. Um ponto positivo no Brasil é o dinamismo e a capacidade operacional das nossas agências de fomento, apesar das dificuldades de sempre. De toda forma, o diálogo com pesquisadores da América Latina é prioritário, até pelo fato de as leituras comparadas ajudarem a iluminar contextos mais amplos da dinâmica histórica macrorregional. Um fenômeno importante que aconteceu no Brasil, por exemplo, foi a forte redução do desmatamento na Amazônia ao longo da última década. É importante analisar as causas internas do fenômeno. No entanto, se ampliarmos a mirada, veremos que o fenômeno ocorreu em certo nível no conjunto da Amazônia sul-americana. As explicações requerem uma abordagem histórico-ambiental mais ampla do que no aspecto exclusivamente nacional.

### **O Sr. tem apontado que no Brasil, com um território quase totalmente tropical de mais de 8,5 milhões de km<sup>2</sup>, rico de recursos naturais, dotado de variados biomas e ocupado em quase 50% pela floresta Amazônica, o mito da “natureza inesgotável” dificulta a aplicação do princípio da sustentabilidade. Esse mito continua forte? É possível revertê-lo?**

O mito continua forte no imaginário da sociedade brasileira. É importante notar que ele tem raízes profundas na nossa formação histórica. O Brasil é um caso de gigantismo territorial precoce, na medida em que o novo país herdou politicamente o enorme território da América Portuguesa - e conseguiu manter o domínio formal sobre ele. A ocupação efetiva desse território, porém, era muito limitada e se expressava em um conjunto de manchas de maior densidade de

mográfica e econômica, cercadas por gigantescos sertões (que eram percebidos como lugares a serem ocupados no futuro). Mesmo com o crescimento marcante da população no século XX, a imagem da abundância quase ilimitada de terras e recursos continua existindo, prejudicando a lógica do uso cuidadoso e da conservação que deveria vigorar no presente. Um bom antídoto contra esse mito é o conhecimento concreto da história ambiental. Esse conhecimento mostra, por exemplo, que a enorme Mata Atlântica, que parecia um oceano sem fim de árvores, foi quase totalmente destruída em alguns poucos séculos e, mais que tudo, no século XX. A abundância é relativa e a devastação pode ocorrer de maneira muito rápida, especialmente no contexto da civilização urbano-industrial.

**O Sr. é reconhecido como um dos primeiros historiadores ambientais brasileiros. Como o Sr. avalia o estado dessa área de saber no mundo acadêmico brasileiro?**

Ela vem crescendo com desenvoltura. Existe um bom fluxo de novas publicações e uma ampliação notável nas pesquisas de pós-graduação. Os historiadores estão descobrindo que a dimensão ambiental ajuda a ampliar e iluminar a análise histórica. É o caso, por exemplo, da importância da introdução de espécies exóticas da fauna e da flora - assim como de micro-organismos que geraram terríveis epidemias - para os mecanismos de conquista europeia do que hoje se chama de “Américas”. Por outro lado, existe muito interesse fora da academia pela história ambiental. Os gestores públicos e ativistas ambientais estão percebendo que o enfoque histórico ajuda a desvendar melhor as causas e consequências dos problemas ambientais contemporâneos. Um bom exemplo é o dos periódicos desabamentos de encostas e inundações rurais e urbanas causados por tempestades. Quando vistos em uma série histórica, que se estende por décadas, entende-se muito mais claramente o que está acontecendo do que quando se focaliza apenas o último grande desastre. Um ponto a ser destacado é o diálogo bastante intenso da história ambiental brasileira com a de outros países da América Latina, por meio das atividades da SOLCHA (Sociedade Latino-americana e Caribenha de História Ambiental), criada em 2003.

**Em um encontro no México, no qual o Sr. discutiu a história ambiental com pesquisadores de vários países, o Sr. afirmou que o ideal seria que não existisse esse campo da história ambiental, e sim que os estudos históricos dessem mais atenção à complexidade do mundo, ao mundo biofísico onde e através do qual nós vivemos, ao território onde se faz a história. Continua pensando assim?**

Sim. Mas, de certa forma trata-se de um fenômeno normal na construção moderna do conhecimento social. Quando a maior parte da produção de uma determinada disciplina ignora um aspecto essencial da realidade – como a dimensão ambiental, a dimensão de gênero, a dimensão do saber oral etc. – surgem novas áreas chamando atenção para a relevância do que está sendo deixado de fora. Existe o risco de essas novas áreas se transformarem em guetos. Mas é comum também que essas novas áreas de reflexão acabem influenciando o *mainstream* da disciplina. A diversidade de enfoques de pesquisa pode ser positiva, desde que exista uma postura aberta ao diálogo, não-dogmática. No caso da história, podemos imaginar a possibilidade do que foi chamado de “história total”: uma leitura das transformações vividas pelas sociedades ao longo do tempo em todas as suas dimensões (ambiental, cultural, social, econômica, política e outras). Mas, isso é em grande parte um tipo ideal, uma pretensão utópica. De toda forma, no contexto real das práticas acadêmicas e das suas limitações, venho procurando fazer uma análise histórica na qual estejam sempre presentes as interações entre o biofísico e o sociocultural. Gosto de chamar a atenção dos meus colegas para a importância de não ignorar a dimensão biofísica/ambiental, especialmente considerando as novas chaves de leitura dessa realidade trazidas pelos avanços do conhecimento ecológico.

**Recentemente o Sr. tem dado palestras focalizadas na questão da importância do Brasil no chamado Antropoceno. Poderia resumir as suas ideias sobre o peso que o nosso país tem nessa “nova era geológica”?**

O ponto essencial é a constatação de que ocorreram rupturas históricas marcantes a partir do século XIX – com um aprofundamento radical a partir de meados do século XX – que mudaram as escalas quantitativas e qualitativas da presença humana na Terra. Não podemos continuar utilizando hoje os mesmos parâmetros adotados para pensar a história humana antes dessas rupturas de patamar no plano ambiental, econômico, cultural, tecnológico etc. Para os teóricos do Antropoceno, não se pode mais pensar o futuro da humanidade em paralelo ao futuro do planeta, pois a ação humana passou a representar um fator de mudança de escala geológica, tocando nas estruturas basilares do sistema Terra (especialmente na atmosfera, na biosfera e nos grandes ciclos biogeoquímicos). Trata-se de uma ruptura bem mais radical do que aquela que costumamos pensar através de conceitos como “modernidade” ou “revoluções industriais”. A ruptura de meados do século XX, que está sendo chamada de “a grande aceleração”, é especialmente notável. Em meio século, por exemplo, a população humana pulou de 3 para 7 bilhões e o número de veículos motorizados de 40 milhões para cerca de 1 bilhão!

Como pensar a inserção do Brasil nessa transformação histórica? Esse é um tema particularmente relevante se considerarmos o papel crescente do país como fornecedor de grãos, minérios e outros recursos naturais para alimentar os gigantescos fluxos de matéria e energia exigidos para reproduzir o mundo da globalização (mesmo considerando as profundas desigualdades nos seus padrões de consumo). Os pesquisadores socioambientais têm muito a contribuir para o debate sobre esse tema crucial para o futuro do país. Penso, como uma pessoa treinada no estudo da história ambiental, que tal discussão ganha uma maior profundidade no contexto de uma reflexão mais ampla sobre a formação do Brasil, a construção do seu território e o modo da sua inserção na economia-mundo moderna desde o período colonial.